



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000036-83.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Pagamento Indevido**
 Requerente: **Treviso Era Participações Em Empresas Ltda.**
 Requerido: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Treviso Era Participações em Empresas Ltda move ação contra o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos – SAAE. Sustenta que era proprietária de imóvel localizado na Av. Getúlio Vargas, nº 1.250, em São Carlos, onde funcionava o Arco Hotel. Em 10.2015, foi surpreendida com o recebimento de notificação encaminhada pela ré, efetuando a cobrança de tarifa por serviço de esgoto, de R\$ 193.703,69, retroativamente, relativa ao período compreendido entre 07.2009 e 06.2014, no qual teria sido utilizado, clandestinamente, um poço artesiano. Interposto recurso administrativo, o débito foi reduzido ao patamar de R\$ 100.035,34. Todavia, a cobrança é indevida, vez que, segundo a autora, no período alcançado pela cobrança o poço artesiano não era utilizado pelo estabelecimento. Subsidiariamente, no mínimo é o caso de redução da cobrança para que seja aplicada, mês a mês, a tarifa mínima. Sob tais fundamentos, pede (a) liminarmente, suspensão da exigibilidade da tarifa (b) a título de provimento definitivo, a declaração de inexigibilidade do débito, ou, subsidiariamente, a sua redução de acordo com a tarifa mínima, mês a mês.

Liminar concedida, fls. 120/121.

1000036-83.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Contestação em que a ré alega a legalidade do lançamento, e apresenta ainda reconvenção, pedindo a condenação da autora ao pagamento de R\$ 109.669,73.

A autora ofereceu réplica à contestação e contestou a reconvenção.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo salientar, em relação à autora, que ela foi expressa, às fls. 182/183, quanto à pertinência do julgamento antecipado, não podendo, portanto, em comportamento contraditório, alegar cerceamento de defesa.

Sustenta a autora que a cobrança é indevida porque, no período alcançado pela cobrança, o poço artesiano não seria utilizado pelo Arco Hotel.

Sem razão, porém.

O poço artesiano foi perfurado em 03.2008, conforme nota fiscal de serviços de fls. 144/145, época em que, em consonância com o parecer técnico de fls. 146/147, a vazão era de 00 m3/h. Nota-se, pois, que em 03.2008 de fato o poço não estava, ainda, em uso.

Sem embargo, fato é que posteriormente o poço foi utilizado de modo clandestino, até a regularização, havendo um conjunto elementos probatórios convergindo para essa conclusão, que se impõe, necessariamente, ao intérprete razoável.

O primeiro aspecto a observar é que a partir da data em que o poço foi regularizado e cadastrado, a média de consumo do imóvel saltou de 125 metros cúbicos para 391 metros cúbicos, ou seja, mais que triplicou. Confira-se fls. 150/151. Nenhuma explicação trouxe a autora para essa variação extrema.

Note-se, em segundo lugar, que o estabelecimento é um hotel e a média anterior à regularização do poço é manifestamente incompatível com a atividade por ele desempenhada, como bem demonstrado pela ré às fls. 134/135, com suporte documental às fls. 170/175.

O terceiro aspecto a relevar é que não se deve entender a menção feita pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

funcionário público do SAAE a um poço aterrado, fls. 20, como um poço sem uso. Tal fato, além de intuitivo, pois uma coisa não se confunde com outra, está demonstrado na explicação de fls. 151 e na de fls. 176, que menciona, inclusive, as fotografias de fls. 24.

Nesse sentido, há um conjunto de elementos capaz de firmar convicção segura, objetiva e razoável de que, de fato, havia um poço clandestino em funcionamento, justificando a cobrança realizada pelo réu.

O pleito subsidiário de redução do valor mensal à tarifa mínima não deve ser admitido, porquanto importaria em enriquecimento sem causa do responsável pela fraude, que seria beneficiado com tarifa manifestamente insuficiente.

A média adotada pelo réu, por critérios lógicos e objetivos (veja-se fls. 159: acolheu, nesse ponto, recurso administrativo), além de ter amparo na legislação municipal, é a única fórmula capaz de resolver o problema em conformidade com o direito e a razão.

Nesse sentido:

(...) ÁGUA E ESGOTO - É devida a cobrança de tarifa de esgoto dos locais que possuem rede própria de abastecimento, no caso, poço semi-artesiano, nos termos do art. 2º, da LM 6.739/95, visto que o réu se utiliza da rede pública para escoamento de seus efluentes, não possuindo sistema próprio - Irrelevante que não haja o tratamento do esgoto coletado, uma vez que não é necessário para a cobrança que todo o mecanismo de tratamento esteja em funcionamento, sendo certo que a coleta de resíduos, por si só, caracteriza prestação de serviço remunerado. Constatada a irregularidade na medição, é razoável a cobrança retroativa pelos serviços que não foram apurados nesse



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

período, com base na média de consumo dos 3 meses que se seguirem à instalação do novo hidrômetro, sendo desnecessária perícia técnica para esse fim. (...) (TJSP, 9000033-74.2008.8.26.0576, Rel. Rebello Pinho, 20ª Câmara de Direito Privado, j. 16/12/2013)

Ante o exposto, julgo improcedente o pedido inicial, condenando a autora nas custas e despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da causa, e julgo procedente a reconvenção para condenar a autora a pagar ao réu R\$ 109.669,73, com atualização monetária pela Tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos desde o protocolo da contestação/reconvenção, condenando o autor, ainda, nas custas e despesas e honorários relativos à ação reconvenicional, arbitrados estes últimos em 10% sobre o valor da condenação.

P.I.

São Carlos, 04 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**